



# *Câmara Municipal de Jaguariaíva*

Estado do Paraná

## **RESOLUÇÃO Nº 06/2010**

***Regulamenta o pagamento de diárias para indenização de despesas de viagem aos agentes públicos lotados na Câmara Municipal.***

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução,

**CONSIDERANDO** os princípios esculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o poder-dever da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Jaguariaíva de perscrutar matéria candente na sociedade e de zelar pela estrita observância do interesse público e a necessidade de deslocamento de agentes públicos municipais lotados no Poder Legislativo Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer regras básicas objetivas que sirvam de parâmetro para que as autoridades responsáveis pela concessão e pelo pagamento de diárias e passagens possam melhor fundamentar suas decisões;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer uniformidade para o pagamento de diárias no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

## **RESOLVE**

**Art. 1º.** Esta Resolução estabelece normas para o pagamento de diárias aos agentes públicos da Câmara Municipal de Jaguariaíva a fim de custear despesa de viagem realizada no interesse do serviço.

**§ 1º.** As despesas custeadas com a diária de viagem incluem hospedagem, alimentação gorjetas, lavanderia, táxi, transporte coletivo municipal e outras correlatas.





# ***Câmara Municipal de Jaguariaíva***

Estado do Paraná

ressarcidas mediante a apresentação de comprovantes, observado o previsto nos incisos do artigo 8º desta Resolução.

**§ 6º.** Será considerado necessário o pernoite:

- I. quando a distância da localidade visitada for de, no mínimo, 200km (duzentos quilômetros);
- II. quando o evento tiver início após às 19h (dezenove horas), desde que a distância da localidade de sua realização seja superior a 100km (cem quilômetros) ou, tendo havido o fornecimento de passagens, não existir transporte público em horário que permita o retorno em tempo hábil, desde que devidamente comprovado perante a Presidência da Câmara municipal.
- III. quando o evento tiver início até às 8h30min e, tendo havido o fornecimento de passagens, não existir transporte público em horário que permita a chegada em tempo hábil, desde que devidamente comprovado perante a Presidência da Câmara municipal.

**Art. 3º.** O procedimento para concessão da diária é o seguinte:

- I. Requerimento do agente público acompanhado do formulado de modelo anexo, disponível no site do Poder Legislativo na internet;
- II. Autorização do Presidente, o qual, atendendo ao previsto no artigo 2º desta Resolução, poderá adequar os valores solicitados;
- III. O processamento das despesas concernentes a diárias efetuar-se-á mediante empenho prévio, à conta da dotação orçamentária correspondente e emissão de ordem de pagamento ao autorizado.

**Art. 4º.** As despesas com transporte por via rodoviária, aérea e marítima, não custeadas pelas diárias, serão pagas pelo total, à conta de dotação própria para este fim, observado o previsto nos incisos do artigo 8º desta Resolução.

**Art. 5º.** Na hipótese de não se realizar a viagem o responsável pela diária deverá proceder à devolução do numerário correspondente dentro de 02 (dois) dias úteis.





# *Câmara Municipal de Jaguariáva*

Estado do Paraná

**Parágrafo único:** Caso o agente público retorne à sede em prazo menor do que o previsto para o afastamento, deverá restituir os valores excedentes recebidos antecipadamente a título de indenização das despesas com viagem, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da chegada.

**Art. 6º.** Quando não for procedida a devolução dentro do prazo do artigo anterior, poderá a autoridade competente determinar o desconto em folha de pagamento daquele que se utilizou da diária, até a efetiva liquidação do débito pendente.

**Art. 7º.** Quando forem custeadas despesas de refeições com autoridades convidadas, os gastos serão pagos pelo seu total, mediante autorização expressa do Presidente, desde que comprovados com nota fiscal, observados os incisos do artigo 8º desta Resolução.

**Art. 8º.** Em casos excepcionais, quando a viagem acontecer por motivos inadiáveis e for impossível a requisição prévia da diária, desde que autorizada pelo Presidente, às respectivas despesas serão indenizadas através da concessão de diária, observado o seguinte:

- I. O requerimento do Vereador ou do Servidor Público será acompanhado do formulário anexo a esta Resolução e das notas fiscais e comprovantes de despesas efetuadas.
- II. Será colhida a autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal, o qual fixará o montante da diária até os limites do artigo 2º desta Resolução, mas até o valor das provas, sempre o que for menor.
- III. Determinado o valor da diária, o protocolado será encaminhado ao Departamento competente para lançamento no sistema do valor definido pelo Presidente da Câmara Municipal.

**Art. 9º.** Equiparam-se ao agente público, para os efeitos desta Resolução, os ocupantes de cargo eletivo (agentes políticos), funcionários efetivos e Comissionados da Administração Municipal da Câmara Municipal.



# *Câmara Municipal de Jaguariaíva*

Estado do Paraná

- Art. 10.** O número de diárias atribuído ao agente político não poderá exceder a 36 (trinta e seis) dias por ano e no máximo 03 (três) dias por mês, salvo em casos especiais, previamente autorizados pelo Presidente da Câmara, e, aos demais agentes públicos não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) dias ao ano, limitadas estes últimos, a 05 (cinco) diárias contínuas.
- Art. 11.** O numerário recebido para uma determinada viagem não poderá, em hipótese alguma, ser utilizado para outra.
- Art. 12.** O não-cumprimento dos prazos estabelecidos na presente Resolução impedirá que se processe novas solicitações de diárias em favor do beneficiário até a sua efetiva regularização, sob pena de responsabilização funcional na forma da Lei.
- Art. 13.** Não será admitida requisição de diária para assuntos de interesse particular.
- Art. 14.** Os casos omissos serão decididos pela Presidência da Câmara Municipal.
- Art. 15.** Ficam revogados as disposições em contrário.
- Art. 16.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Jaguariaíva, em 30 de julho de 2010.

José Marcos Pessa Filho  
Vereador - Presidente